

Projeto prevê exploração em terras indígenas

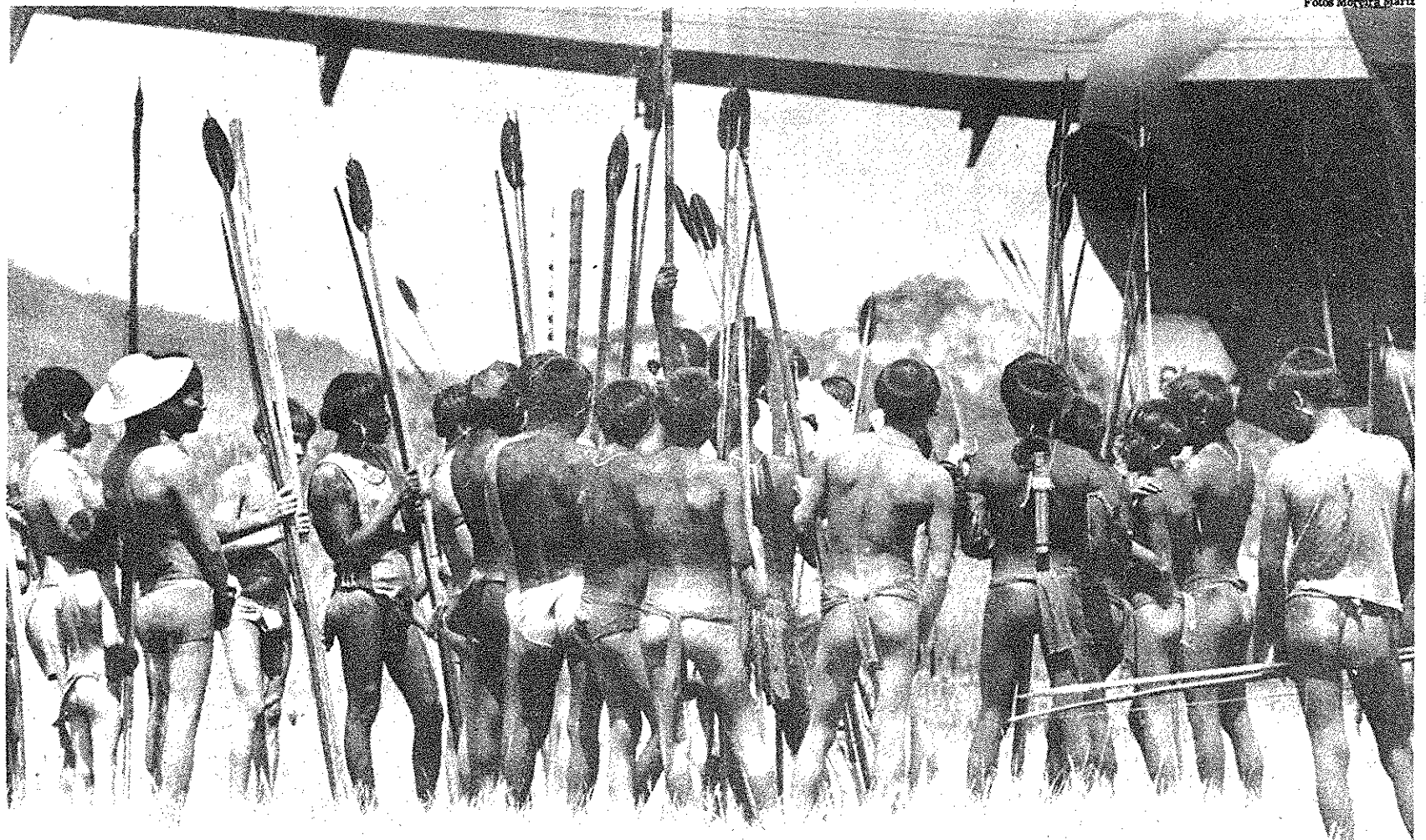
Da Sucursal de Brasília

O projeto que prevê a abertura da Serra dos Surucucus, em Roraima, à exploração mineral, já está pronto para ser votado em plenário. Depois de receber parecer favorável nas três comissões para as quais fora endereçado — Constituição e Justiça, Minas e Energia e Interior, por solicitação desta última, a proposição foi examinada pela comissão do índio, cujo pronunciamento foi pela rejeição.

A mobilização contra a matéria foi comandada pelo relator da matéria — deputado Márcio Santilli (PMDB-SP) — que arregimentou a maioria dos parlamentares presentes à reunião de ontem para votar seu parecer. O projeto, de autoria do deputado Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) — que não compareceu à sessão — teve o voto contrário de treze deputados e favorável de apenas dois: João Batista Fagundes (PFL-RR) e Alcides Lima (PFL-RR).

A área pretendida por empresários interessados, entre outros minerais, na cassiterita abundante naquela região — foi demarcada em favor dos índios Ianomami. O debate que se trava no Congresso entre parlamentares progressistas (na defesa dos interesses indígenas) e moderados (na defesa dos interesses empresariais) transbordou até mesmo para fora das fronteiras brasileiras. O deputado Márcio Santilli — que vem obstruindo a matéria desde abril do ano passado, quando iniciou o exame da proposta — e outros membros da comissão do índio, vêm recebendo correspondência da Europa e dos Estados Unidos de instituições preocupadas com a criação do Parque Ianomami.

A sessão de ontem foi presidida pelo pedetista Arildo Telles. A argumentação do deputado João Batista Fagundes, a favor da matéria, foi toda baseada nos benefícios que a exploração econômica das riquezas daquele território renderão até mesmo para os índios Ianomami. "Não podemos impedir que alguns brasileiros que vivem muito perto da miséria absoluta percam a chance de um emprego na vida só porque tiveram azar de não nascerem índios", disse o deputado.



Um grupo de ianomamis aguarda o embarque dos membros da Comissão do Índio que foram à serra do Surucucus verificar o conflito de terras na região

Área dos ianomamis pode virar garimpo

HENRIQUE GONZAGA JÚNIOR
Enviado especial a Roraima

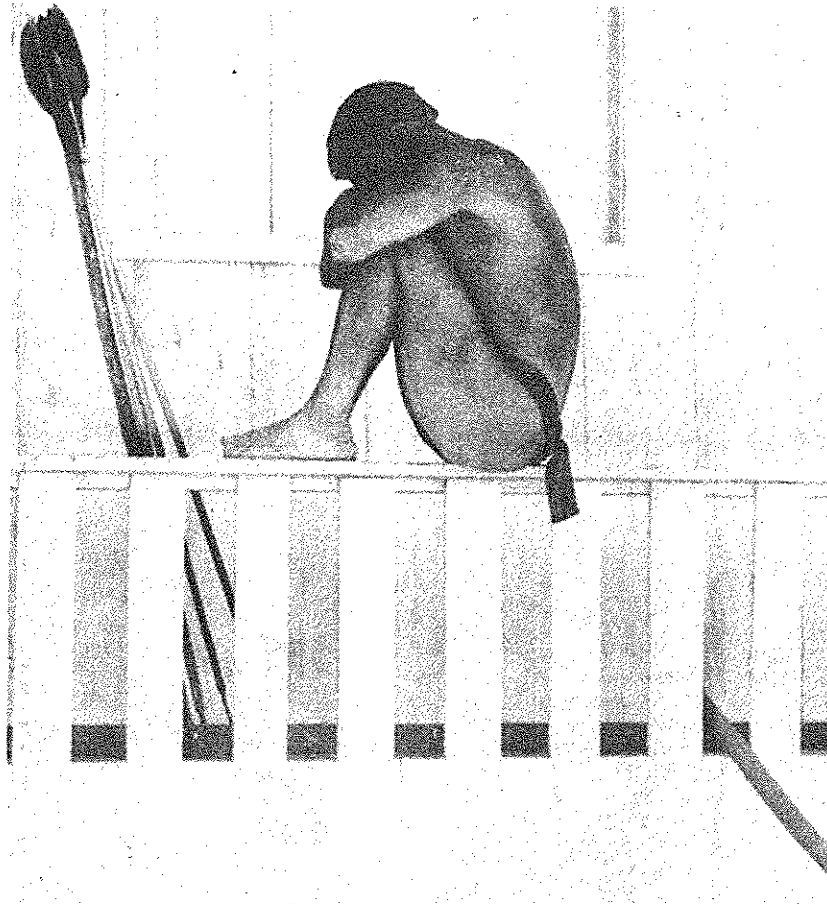
Garimpeiros de Roraima estão reclamando a abertura da possibilidade de exploração mineral das terras dos índios ianomamis, na serra dos Surucucus. Já estão explorando ilegalmente estas terras, junto aos postos da Funai de Santa Rosa e Cawaburi. Os índios ianomamis são considerados a última tribo ainda não aculturada da região e a preservação de seu modo de vida, em razão de serem nômades, depende do uso de terras extensas. Entidades nacionais e internacionais defendem a preservação do território ianomami e sua transformação em um parque indígena. O governador de Roraima, Getúlio Dias, e os deputados federais Alcides Lima e Mozarildo Cavalcanti, do PFL, e João Batista Fagundes, do PMDB, são favoráveis à reivindicação dos garimpeiros.

Os três parlamentares roraimenses e outros integrantes da Comissão do Índio da Câmara dos Deputados — João Marques (PMDB), Wildy Vianna (PDS) e o presidente do órgão, Arildo Telles (PDT) — estiveram na área indígena, entre 13 e 16 deste mês, para conhecer a extensão do problema. Em Boa Vista, capital de Roraima, foram recepcionados pelo empresário Altino Machado, 43, líder da fracassada expedição de 2.500 garimpeiros que, em fevereiro, ainda no governo Figueiredo, tentou invadir a serra dos Surucucus — onde se localiza a maior concentração de ianomamis e de riquezas minerais do território. A invasão do território indígena foi impedida pela Polícia Federal e Altino ficou detido, em Boa Vista, por um período de 23 dias.

Libertado, Altino Machado prometeu que gastaria "até o meu último tostão para conseguir a abertura do garimpo de Surucucus". Ele é agora presidente da Associação dos Garimpeiros e Faiscadores do Norte e tem trânsito livre entre os políticos locais e se juntou à Comissão do Índio na visita às terras dos ianomamis. Os dirigentes da Associação dos Garimpeiros de Roraima, ligada ao movimento de preservação do território indígena, criticam o governador e as lideranças políticas locais por considerarem que há um tratamento privilegiado à entidade dirigida por Altino Machado. Machado é dono de uma empresa com sete aviões, a Táxi Aéreo Carbono, e fez fortuna operando no transporte e comercialização de pedras preciosas.

As lideranças políticas de Roraima reuniram-se também com a Comissão do Índio e apresentam vários argumentos para a abertura das terras dos ianomamis. O governador Getúlio Cruz diz que "não se pode renunciar à possibilidade de explorar essas terras, até porque ela traria benefícios aos próprios índios". O deputado Alcides Lima, queixa-se da maneira como o problema é visto no sul do País, e afirma que "a opinião da grande maioria da população do território" é favorável à "exploração econômica da serra dos Surucucus". O deputado Mozarildo Cavalcanti diz que não haviam ianomamis próximo às jazidas, e que "foi a Funai que os atraiu até aquela área, rica em cassiterita, como pretexto para que se fizesse a interdição". João Batista Fagundes alega questões de segurança nacional, denunciando a presença de entidades estrangeiras entre os índios, operando na faixa de fronteira. Ele defende a regionalização da Funai, como primeiro passo para conhecer a realidade de Roraima e, em seguida, a abertura das terras indígenas à exploração mineral.

O deputado Mozarildo Cavalcanti é autor de projeto (que ontem recebeu parecer contrário da Comissão do Índio) abrindo a área indígena à exploração da Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Code-saima). O projeto conta com o apoio dos garimpeiros e prevê que os índios percabam 20% do que for encontrado. Mas mesmo sem a aprovação da lei, que agora irá a plenário, já há garimpos na serra dos Surucucus. Altino Machado estima que chega a quatro mil o número de garimpeiros faiscando nas áreas indígenas conhecidas como Santa Rosa e Cawaburi. Segundo ele, esta exploração é feita contando "inclusive com ajuda com ajuda dos ianomamis".



Casal descansa no posto da Funai; o homem com suas flechas, a mulher com o filho



Os ianomamis são considerados os últimos índios não aculturados do País

Entidades e organismos internacionais, como a OEA e a ONU, protestam contra as invasões de garimpeiros ao território dos ianomamis — que foi interdito em 1982 pelo governo federal — e recomendam a formação de um parque indígena na área. Os dirigentes políticos e empresariais de Roraima vêem na ação destas entidades "uma ameaça de internacionalização da Amazônia, a partir do reconhecimento de uma 'nação Ianomami', cujo território não se esgota no Brasil mas adentra a Venezuela". Os grupos interessados na exploração das jazidas minerais em território indígena agregam a este argumento acusações sobre a ação de missionários estrangeiros, católicos e protestantes, que consideram envolvidos em contrabando. Padres salesianos e representantes da entidade Missões Evangélicas da Amazônia (Meva) afirmam que instalaram-se na região muito antes que o projeto Radam houvesse identificado ali presença de cassiterita, ouro, diamante, topázio e até mesmo tório. Além destes grupos, trabalha na área a

opinião pública nacional quer manter os índios intocáveis, a opinião pública do território é amplamente favorável à exploração econômica da serra do Surucucus pelos brasileiros".

O presidente da Companhia para o Desenvolvimento de Roraima, vereador Amazonas Brasil, defendeu, para os membros da Comissão do Índio, uma integração dos silvícolas à sociedade brasileira, argumentando que "as epidemias que atacam os índios também acometem as crianças do Nordeste e não há entidades internacionais nem missões estrangeiras para impedir a exploração econômica das terras dos nordestinos".

Amazonas Brasil não concorda com o argumento de que os índios não aculturados, por serem nômades, necessitem de terras extensas para sobreviver. Segundo ele, "o que a gente assiste de nomadismo do índio é quando ele pede carona nas estradas para ir às festas embebedar-se". A maioria da população de Roraima, que tem nos garimpeiros um de seus segmentos mais dinâmicos, parece estar a favor da abertura do território. Os jornais e as rádios do território lançaram uma palavra de ordem em defesa da exploração mineiral das terras indígenas: "Surucucus é nosso".

Na serra dos Surucucus, há pelo menos duas dezenas de malocas indígenas, onde abriga-se quase um terço dos nove mil ianomamis existentes no lado brasileiro da fronteira. A serra, na imaginação dos garimpeiros, tem adquirido a dimensão de uma "terra da promessa". Curiosamente, a região é a mesma que, nos séculos 16 e 17, atraía aventureiros estrangeiros em busca do Eldorado, que estaria situado ao Sul das cabeceiras do Orenoco, e que foi percorrido em vão por Francisco Orelhana e depois por sir Walter Raleigh.

Quatro séculos depois as riquezas da serra continuam um mito. Levantamento efetuado pela Docege, empresa subsidiária da estatal Companhia Vale do Rio Doce, no período de três anos e meio, demonstrou que não há interesse de exploração econômica da principal riqueza do Surucucus, a cassiterita. O País já possui outras áreas produtoras que abastecem a demanda interna e produzem excedentes exportáveis; e o acesso à região é possível apenas por via aérea, encarecendo a exploração mineral.

A Vale do Rio Doce retirou-se do território. Mas existem, além do interesse dos garimpeiros, requerimentos de pesquisa e lavras da parte da Companhia de Mineração e Participação (CMP), dirigida por Eike Batista (filho do presidente da Vale do Rio Doce, Eliezer Batista) e Antonio Dias Leite Neto (filho do ex-ministro das Minas e Energia, Dias Leite).

O governo federal tem planos, através da Seplan, de oferecer a Roraima um projeto alternativo de desenvolvimento em troca da demarcação das terras indígenas. O projeto inclui a construção de uma hidrelétrica (a de Paredão), investimento em projetos agropecuários e a transformação de Boa Vista em entreposto comercial de produtos brasileiros destinados à Guiana, Venezuela e Suriname.

Enquanto a Comissão do Índio visitava a região dos ianomamis, um de seus membros, o deputado Márcio Santilli, avistava-se com o ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Bayma Denny, para traçar uma estratégia voltada para o território. Desse diálogo, ficaram estabelecidos alguns princípios, enunciados pelo ministro e revelados por seu interlocutor. São eles: 1- Não interessa ao Conselho de Segurança Nacional qualquer tipo de conflito entre índios e garimpeiros, nem no Surucucus nem em qualquer outra área de fronteira; 2- É preciso criar condições para assegurar a presença do Exército na fronteira norte; 3- O Exército pode contribuir para a demarcação das terras indígenas, se for bem aparelhado para isso; 4- A questão da retirada dos garimpeiros não é atribuição das Forças Armadas, mas da Polícia Federal.

O repórter Henrique Gonzaga Júnior viajou a convite da Comissão do Índio